

Arlindo Cunha ganha Relatório sobre a Reforma da PAC



O Deputado **Arlindo Cunha** foi eleito Relator do Parlamento Europeu para o mais importante e polémico Relatório da Reforma da Política Agrícola Comum.

Trata-se do designado **Relatório Horizontal** que aborda as principais novidades da proposta apresentada pelo Comissário Franz Fischler.

Uma grande vitória

A quase totalidade dos Relatórios é atribuída por consenso, reconhecido o interesse do Deputado, a sua competência e a distribuição por Grupos Políticos.

Quando surgem Relatórios com importância extraordinária é comum haver vários candidatos e ter de se recorrer a uma eleição.

Na Reforma da PAC, o Relatório mais importante é o "**Relatório Horizontal**" que incide sobre as 2 questões-chave:

- a "**modulação**" - redução das ajudas aos agricultores que mais recebem para as re-distribuir, reforçando as acções de desenvolvimento rural;
- a "**dissociação**" das ajudas directas, desligando-as da produção.

São as propostas do Comissário Fischler que têm sido, justamente, combatidas por diversos Governos e, designadamente, pelo português.

Arlindo Cunha entre 5 candidatos à obtenção deste importante Relatório recolheu mais de 2/3 dos votos confirmando o seu **enorme prestígio** e a capacidade de intervenção dos Deputados do PSD.

Arlindo Cunha é, assim, o **único Deputado português** designado relator nesta Reforma da PAC.

Foi uma Grande Vitória para o nosso País.

Carlos Coelho

PE prepara *Cimeira da Primavera*

Jorge Moreira da Silva afirma que a dimensão ambiental não está suficientemente integrada na *Estratégia de Lisboa*.

desenvolvimento na pág.3

Iraque

José Pacheco Pereira defende que a crise da NATO e a ameaça de veto põem em risco a unidade da Europa.

desenvolvimento na pág.4

Política de Imigração

Carlos Coelho defende que a União Europeia deve **gerir de forma correcta a pressão migratória** permanente de que tem sido alvo, no contexto de um mercado de trabalho cada vez mais globalizado.

desenvolvimento na pág.7



Incêndios florestais: UE deve continuar a financiar prevenção

O Parlamento Europeu discutiu, com intervenções dos Deputados **Arlindo Cunha** e **Joaquim Piscarreta** uma proposta da Comissão Europeia sobre um conjunto de medidas de acompanhamento das florestas europeias e das suas interações ambientais, agrupando de forma simplificada os antigos Regulamentos relativos à protecção das florestas contra a poluição atmosférica e os incêndios.



O Deputado **Arlindo Cunha**, ao intervir no debate, sublinhou “a importância da floresta na União Europeia, bem patente nos cerca de **40% do território** que ocupa ou nos **2,2 milhões de postos de trabalho** que cria. Em variadas zonas da União Europeia, a floresta é muitas vezes a única alternativa económica, devido à pobreza dos solos ou à exiguidade de outros recursos

naturais. E é manifesto que a sua importância está longe de se limitar ao aspecto económico: tem inúmeras outras dimensões de interesse social e ambiental, tal como a protecção dos solos, a luta contra a erosão, a preservação de recursos aquíferos, a biodiversidade, a regularidade climática, etc.

Apesar disso tudo, a floresta tem sido uma

espécie de ‘filha bastarda’ das políticas comunitárias”.

Prova disso é o facto de a actual proposta da Comissão excluir o cofinanciamento das medidas de prevenção contra os incêndios florestais, anteriormente financiadas no quadro do Regulamento 2158/92’.

Arlindo Cunha defendeu

que “se o Conselho não aprovar as emendas do Parlamento neste sentido, **os países do Sul da União ficam sem meios para continuar as acções que vinham desenvolvendo de prevenção dos incêndios florestais**, as quais, pela sua natureza, não podem ser desligadas das demais acções de monitorização e acompanhamento.



O Deputado **Joaquim Piscarreta** criticou as propostas da Comissão Europeia sobre a preservação das florestas e as suas interações ambientais, lamentando que “a Comissão Europeia maltrate o princípio da

subsidiariedade, deixando os Estados Membros com um papel pouco activo, até porque é nas suas próprias florestas que ocorrem os danos.

O Deputado social democrata considerou positivo que “a iniciativa da Comissão Europeia integre o quadro legislativo vigente de protecção das florestas contra os incêndios e a poluição atmosférica e introduza ainda um novo mecanismo comunitário para o acompanhamento a longo prazo das florestas e das interações ambientais. Para apoiar financeiramente esse programa, ficou deci-

da a atribuição de um quadro financeiro plurianual, abrangendo o período 2003 - 2008, com um montante de 67 milhões de euros.

desenvolvimento rural’.

Joaquim Piscarreta apoiou o facto de esta proposta dever “abranjer os compromissos assumidos

Comissão maltrata o princípio da subsidiariedade

Acompanhamento é de facto a palavra chave desta proposta. Por isso, apoio convictamente a Relatora do Parlamento Europeu por pensar que **faz todo o sentido manter medidas específicas de prevenção contra incêndios e de**

na Convenção sobre as alterações climáticas, na qual a floresta aparece como sumidouro dos gases com efeito de estufa, bem como todas as alterações que visem um **maior envolvimento dos Estados Membros”.**

Cimeira da Primavera:

Moreira da Silva critica falta de dimensão ambiental



O Deputado **Jorge Moreira da Silva** afirmou que **"a dimensão ambiental ainda não está suficientemente integrada na estratégia de Lisboa: faltam indicadores estruturais na área do ambiente, faltam metas calendarizadas para a obtenção de objectivos ambientais e falta a integração dos compromissos da Cimeira de Joanesburgo na estratégia europeia de Desenvolvimento Sustentável.**

Considero, por isso, que a próxima Cimeira da Primavera, a ter lugar em Março, no âmbito da presidência grega, deve cumprir três objectivos:

Em primeiro lugar, o alargamento da lista de indicadores estruturais que serve de base à avaliação do desempenho dos Estados. Essa lista já inclui alguns indicadores ambientais — como as emissões de gases com efeito de estufa e a intensidade energética — mas em número muito inferior aos indicadores de progresso social e económico. É, pois, fundamental incluir novos indicadores ambientais que avaliem a situação

europeia em áreas como os recursos aquíferos, a biodiversidade, a degradação do solo, a poluição química e a segurança alimentar.

Em segundo lugar, é urgente actualizar a estratégia europeia para o Desenvolvimento Sustentável, à luz dos compromissos estabelecidos na Conferência de Joanesburgo e criar mecanismos de monitorização que avaliem o respeito da União Europeia pelas metas planetárias fixadas para a ajuda financeira ao desenvolvimento, a erradicação da pobreza, a diminuição do número de habitantes sem acesso a água potável e saneamento, a recuperação dos stocks de pescado, a protecção do ambiente marinho, a inversão da perda da biodiversidade e a erradicação dos produtos químicos perigosos para a saúde e para o ambiente.

Em terceiro lugar, é importante que a estratégia de Lisboa passe a prever, também ao nível do ambiente, um verdadeiro plano de acção com políticas, metas e calendários de implementação. Muitas dessas metas foram, por diversas vezes, debatidas em Cimeiras europeias mas acabaram por ficar pelo caminho. É tempo de as incluir na estratégia de Lisboa - nomeadamente:

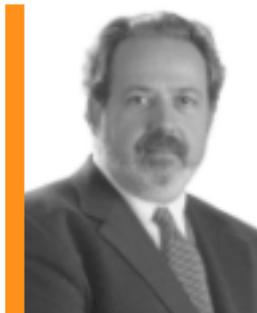
- redução das emissões europeias de gases com efeito de estufa em 30% até 2020, relativamente aos níveis de 1990;
- eliminação dos subsídios à produção e consumo de combustíveis fósseis até 2010;
- os combustíveis alternativos deverão representar, em 2010, mais de 7% de todos os combustíveis utilizados nos transportes rodoviários e, em 2020, essa proporção deverá ser superior a 20%;
- aplicar, até 2004, a nova política comunitária para os produtos químicos e assegurar, até 2020, a erradicação total de todos os produtos químicos danosos para o ambiente e para a saúde humana;
- aprovação, ainda em 2002, de um plano (com incidência nas políticas agrícolas e de saúde) de abrandamento da resistência humana aos antibióticos;
- travar completamente o empobrecimento da biodiversidade até 2010;
- aprovação da legislação sobre responsabilização ambiental até 2003;
- promoção dos transportes rodoviários públicos e dos transportes ferroviários e marítimos de forma a que, em 2010, a utilização dos transportes rodoviários seja inferior aos níveis de 1998;
- encorajar o uso das fontes de energia renováveis, visando alcançar metas de 12% de energia a partir de fontes renováveis, até 2010, e de 50%, até 2040".



...um verdadeiro plano de acção com políticas, metas e calendários

Iraque:

Crise na Nato e ameaça de veto põem em risco unidade da Europa



José Pacheco Pereira, Vice-Presidente do PE e Chefe da Delegação do PSD no Parlamento Europeu, afirmou que “*não é possível qualquer unidade ou qualquer política externa comum, centrada no anti-americanismo e na complacência face a ditadores perigosos para a paz mundial como Saddam Hussein*”.

Pacheco Pereira recordou que “*o Primeiro Ministro português assinou a carta dos primeiros ministros e Chefes de Estado europeus, considerando fundamental garantir o desarmamento do Iraque e o cumprimento da resolução 1441. É uma atitude que os Deputados portugueses do PPE apoiam sem reservas*”.

Para Pacheco Pereira, “*convém por isso lembrar aquilo de que não nos devemos esquecer*”:

1) **A Europa não tem capacidade na defesa estratégica** face às novas formas de terrorismo internacional coligados com os Estados que os apoiam.

2) **O único instrumento da defesa estratégica em que participam os países europeus é a NATO**. Se esta entrar em crise será a Europa que mais sofrerá.

3) **Para as nações do alargamento, com a sua experiência recente de regimes totalitários, as preocupações de segurança são vitais**. Provocar uma crise na NATO será profundamente prejudicial para estas nações e fá-las ter confiança apenas em alianças estratégicas bilaterais com os EUA, fora do quadro da UE e da NATO.

4) **O efeito de uma crise da NATO isolará os europeus e reforçará as tendências unilaterais dos EUA**”.

Por isso, Pacheco Pereira lembra “*ao Conselho e à Comissão, que não podem ignorar esta realidade sob pena de contribuírem para uma Europa frágil e impotente, e de porem em risco, o papel da Europa enquanto unidade política*”.

O PSD

Disse

PSD aplaude participação do público em projectos e programas ambientais

O Parlamento discutiu uma proposta de Directiva da Comissão Europeia relativa à participação do público na elaboração de planos, programas e políticas ambientais.

Jorge Moreira da Silva defendeu que, “*a maior participação do público não só toma mais legítimas as decisões tomadas pelas nossas instituições como aumenta a qualidade dessas mesmas decisões*”.

Uma das queixas mais frequentemente apontadas pelos cidadãos prende-se com o seu **diminuto papel no quadro da democracia representativa**. E é precisamente na área do ambiente, acrescentou, que mais se tem sentido a insatisfação das populações que discordando, muitas vezes com razão, de um determinado projecto **não têm outra opção se não demonstrarem na rua, ou nos tribunais, o seu direito à indignação**.

Ora, a indignação cresce exponencialmente quando muitos destes

projectos, com impactos ambientais inaceitáveis, são financiados no quadro da Política Agrícola Comum e dos Fundos Estruturais”.

Carlos Coelho defendeu que “*o livre acesso, a transparência e a divulgação da informação sobre o ambiente constituem um direito fundamental de todo o cidadão que se interessa pela qualidade do espaço onde vive e onde trabalha*”.

As autoridades são, deste modo instadas a **informar o público sobre as decisões tomadas e as razões e considerações que levaram à tomada dessas decisões**, assim como sobre os processos de participação do público, bem como a promover a educação ambiental do público.”.

Carlos Coelho recordou que “*algumas catástrofes mais recentes, demonstram claramente que os cidadãos têm cada vez mais direito a gerir os seus riscos e a falar, pedir e exigir compromissos de salvaguarda dos seus próprios interesses*”.

Arlindo Cunha sobre as negociações da OMC:

Defender os nossos agricultores e apoiar os países menos desenvolvidos

Arlindo Cunha defendeu que a próxima ronda negociada da Organização Mundial do Comércio deve ser a **“ronda do desenvolvimento”**.



Arlindo Cunha afirmou que *“a proposta sobre as modalidades do acordo agrícola constitui um contributo sincero e generoso para aqueles que até agora pouco têm ganho em quase 50 anos de multilateralismo comercial: os países menos desenvolvidos. Prova disso é a proposta de acesso livre sem tarifas aos mercados dos países mais desenvolvidos dos produtos agrícolas dos países mais pobres e da proposta de compromisso para que pelo menos 50% das importações agrícolas e agroalimentares dos países mais ricos seja proveniente dos países mais pobres.”*

Trata-se, aliás, de uma proposta coerente com aquilo que já é a prática actual da UE, que importa desses países mais produtos agroalimentares do que os Estados Unidos, o Japão, a Austrália, o

Canadá e a Nova Zelândia, todos juntos.

*É por isso, acrescentou, que **temos autoridade moral para dizer que esta Ronda da OMC deve ser a ronda do desenvolvimento.** E é por isso também que propusemos uma caixa de segurança alimentar, que permitirá aos países mais pobres criar medidas que protejam o seu mercado das exportações subsidiadas dos países ricos, permitindo assim o desenvolvimento da produção local, com vista a um mais elevado grau de auto-suficiência alimentar.*

*Mas **é ainda por esta nossa atitude de abertura e apoio aos países menos desenvolvidos que temos autoridade moral na UE para dizer que também temos direito a defender os nossos agricultores e a preservar o nosso modelo de sociedade.** Por isso os nossos negocia-*

dores só poderão aceitar um acordo final que:

- **Preserve o modelo agrícola europeu**, baseado na contribuição da agricultura para o ordenamento do espaço rural, o equilíbrio do território e a vitalidade das zonas rurais que representam 80% do nosso território. Isso implica, designadamente que a UE possa continuar a apoiar os seus agricultores e a assegurar um nível de preferência comunitária adequado.

- **Assegure um correcto equilíbrio entre uma maior liberalização do comércio e uma maior exigência em matérias não estritamente comerciais**, mas permanentemente associadas ao comércio de produtos agrícolas: a qualidade e segurança dos alimentos, o respeito por regras ambientais elementares, ou ainda o respeito pelas marcas e denominações de origem dos nossos produtos - que actualmente são completamente piratados sem que as regras da OMC o possam impedir”.

BREVES

Regina Bastos

Contra o aborto financiado por fundos comunitários

Regina Bastos defendeu que *“no âmbito da ajuda aos países mais pobres, a União Europeia não pode impor um modelo de desenvolvimento através da implementação de medidas relativas aos direitos de saúde sexual e reprodutiva”*, acrescentando que se referia especificamente *“à esterilização e ao aborto”*.

Regina Bastos considera que **o conteúdo do relatório do Parlamento Europeu “é ambivalente e pode levar a abusos, por nele estar implícita a promoção do aborto.** Quaisquer opções ou medidas nesta matéria, no contexto da saúde, só podem ser determinadas pelos Estados, de acordo com as suas leis nacionais”.

A Deputada social democrata afirma rever-se *“sem reservas na posição que defende que o aborto não pode em circunstância alguma ser considerado como método de planeamento familiar, e muito menos, um serviço em matéria de saúde sexual e reprodutiva”*.

temos direito a preservar o nosso modelo de sociedade

Jorge Moreira da Silva sobre a Globalização:

A verdade está entre Davos e Porto Alegre

Jorge Moreira da Silva, a propósito da realização simultânea do Fórum Económico Mundial, em Davos, e do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, levantou a questão: “**onde reside a verdade na leitura sobre o fenómeno da globalização ?**”

Para Jorge Moreira da Silva, “**a verdade não está em Davos** - que celebra acriticamente a globalização, que destaca a vertente do crescimento económico, que concentra as atenções na produção da riqueza, que defende a política externa americana e que dá voz às empresas e aos governos. **Mas a verdade também não reside em Porto Alegre** — que demoniza a globalização, que busca exclusivamente a melhoria das políticas sociais e ambientais, que se concentra nos modelos de distribuição da riqueza, que se assume anti-americana e que dá a voz às ONG’s e aos sindicatos.

Davos sem Porto Alegre não faz sentido, como Porto Alegre sem Davos também o não faz. **Os dois Foruns complementam-se e não dispensam um esforço de síntese.** Não será pois exagerado afirmar que, mais do que Davos e Porto Alegre, a leitura mais correcta relativamente à Globalização reside nas Cimeiras da Terra do Rio de Janeiro e de Joanesburgo”.

Moreira da Silva defende que, “*face à mundialização, que nos trouxe inegáveis vantagens nos domínios económico e tecnológico, mas que intensificou os sinais de desequilíbrio planetário, faz pouco sentido decretar o seu fim - até porque ela é incontornável.*”

O desafio consiste em regular a globalização, tomando o Desenvolvimento Sustentável como o modelo a perseguir.

Com esse fim, Jorge Moreira da Silva sublinhou a necessidade de:

- **“Definir indicadores internacionais de Desenvolvimento Sustentável** que avaliem o desempenho social, ambiental e económico dos Estados.
- **Lançar o ‘greening’ da economia mundial.** Hoje produzir verde ainda não é

suficientemente competitivo e comprar verde ainda é um luxo. É urgente actuar ao nível do preço, internalizando os custos ambientais em todos os produtos, o que implica avançar para o fim progressivo dos subsídios ambientalmente insustentáveis.

- **Impulsionar a boa Governança Internacional, através da reforma das instituições** — como a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial — e da criação de novas instituições, como por exemplo, uma Organização Mundial do Ambiente”.

o desafio consiste em regular a globalização tomando o desenvolvimento sustentável como modelo



BREVES

Espaço Liberdade, Segurança e Justiça

Carlos Coelho diz que muito há ainda a fazer

Para Carlos Coelho “as propostas do **mandato de captura europeu** e da **decisão quadro sobre o terrorismo** são prova da capacidade da União para concretizar os objectivos fixados pelo Tratado de Amesterdão, quando a necessidade de agir se conjuga com a vontade de fazer.

Apesar dos progressos realizados, **muito há ainda a fazer no sentido de se alcançar um sistema concreto e eficaz de salvaguarda dos direitos dos cidadãos**; Nunca é demais sublinhar que é fundamental preservar um equilíbrio entre as 3 componentes de uma mesma realidade, que é o Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça. Isto é, **não pode haver segurança sem liberdade e sem justiça**”.

Em relação à Europol e à Eurojust, Carlos Coelho considerou “lamentável que continue a existir uma responsabilização democrática indirecta, fragmentária e insuficientemente delimitada.

Carlos Coelho:

UE deve gerir correctamente pressão migratória



Carlos Coelho, defendeu que “a União Europeia deve **gerir de forma correcta a pressão migratória** permanente de que tem sido alvo, no contexto de um mercado de trabalho cada vez mais globalizado”.

Carlos Coelho concordou “com a necessidade de se **elaborar uma nova política comum de imigração**, mas essa política **deverá ter sempre em conta as necessidades reais do mercado de trabalho e da própria economia em cada um dos Estados-Membros**”, mas considerou que o Relatório do Parlamento “só deverá ser aprovado se as alterações reintroduzidas pelo PPE forem aceites”.

Para Carlos Coelho, “esta proposta de directiva visa a criação de um quadro jurídico comum relativo às condições de admissão e de residência de imigrantes por razões laborais; assim, com base nesta directiva, será permitida a emigração para efeitos de trabalho na União Europeia, se estiverem preenchidas certas condições”.

Carlos Coelho defendeu que “**não pode, nem deve,**

ser retirado aos Estados Membros o poder de regulamentar, através dos seus governos, a abertura ou não do seu mercado de trabalho; ou seja, é uma decisão que só pode ser tomada pelo próprio Estado Membro - e não a nível comunitário - em que lhe cabe a ele avaliar e decidir se precisa ou não de aumentar a sua força de trabalho, em que quantidade e em que sector, tendo deste modo em conta as suas necessidades reais, bem como a sua capacidade de acolhimento e de integração dos nacionais de países terceiros”.

Carlos Coelho sublinhou também que o **Relatório do Parlamento** “critica o facto da proposta inicial da Comissão apenas contemplar a situação das pessoas que se encontrem legalmente no

território da U.E. e **pretende que os trabalhadores clandestinos também possam ter o direito de pedir uma autorização de residência**, que lhes deverá ser facultada. Ora **isto será claramente, acrescentou, um incentivo ao aumento da emigração clandestina, bem como ao tráfico de seres humanos**, pois uma vez dentro do território da União, embora clandestinamente, teriam direito a ser legalizados”.

Carlos Coelho defendeu que “tal como noutras áreas da migração humana, **há que ser prudentes**. Não se trata apenas de defender os cidadãos dos nossos Estados-Membros. É que, nestas áreas, **soluções demasiado generosas criam mais problemas do que os que parecem querer resolver**”.

não pode ser retirado aos Estados-Membros o poder de regulamentar a abertura do seu mercado de trabalho



BREVES

Segurança Rodoviária:

Joaquim Pissarra apoia criação de Agência Europeia

Joaquim Pissarra considerou que “a crescente atenção atribuída à segurança rodoviária representa uma mais valia para os interesses portugueses” e que com a adopção das medidas em discussão no Parlamento Europeu, “muitos problemas vividos nas estradas portuguesas, e mais particularmente em algumas estradas algarvias, podem vir a ser resolvidos. A criação de uma Agência Europeia para a Segurança Rodoviária **contribuirá para uma maior segurança rodoviária e garantirá o acesso às informações sobre segurança rodoviária e boas práticas na UE.**”

O Deputado apoiou igualmente um **Fundo Europeu dos Transportes**, que considerou constituir “um importante pilar para o bom desenvolvimento de infraestruturas tendo em vista a criação de uma rede europeia equilibrada e sustentável”.

Para Joaquim Pissarra “este relatório parte de uma boa base para Portugal, uma vez que pretende lançar **novas iniciativas que reforçam as acessibilidades das regiões periféricas.**”.

BAWO de Estarreja:

Regina Bastos interroga Comissão Europeia

Regina Bastos interpelou a Comissão Europeia sobre a empresa alemã BAWO Confeccões Lda., situada em Estarreja.

Perante a vaga de encerramentos de empresas multinacionais que se tem vindo a verificar em Portugal, Regina Bastos quer que a Comissão responda às seguintes perguntas:



- **Foram atribuídos fundos comunitários à empresa BAWO**, e em particular à sua unidade fabril BAWO Confeccões Lda., de Estarreja?
- **Em caso afirmativo, quais os montantes, datas de atribuição e condições impostas à empresa?**
- **Que medidas políticas pretende a Comissão Europeia adoptar para prevenir, e em última instância sancionar, situações similares em que empresas se escudam no secretismo, desresponsabilizando-se socialmente com o futuro dos seus trabalhadores?**

Para Regina Bastos, “a situação é tão bizarra que motivou uma audiência por iniciativa do Senhor Presidente da República Portuguesa, Dr. Jorge Sampaio, com uma delegação de trabalhadoras da BAWO”.

Moreira da Silva defende abordagem europeia no combate à toxicodependência

“Muitos consideram que a política relativa ao combate à toxicodependência deve ser um exclusivo dos Estados-membros. Eu sou de opinião contrária. Face às repercussões globais da toxicodependência ao nível da saúde pública, da criminalidade e da insegurança, é preferível, sempre que possível, desenvolver abordagens igualmente de carácter global”.

Para Jorge Moreira da Silva, “a nossa política de combate à toxicodependência tem-se verificado inglória. **O tráfico tem encontrado no proibicionismo o seu oxigénio**, proliferando e tendo lucros cada vez maiores, impulsionando a criminalidade organizada e a pequena delinquência, corrompendo regimes e humilhando-nos pela impotência em lhe fazermos face. Por outro lado, ao nível da saúde pública, **são preocupantes, não apenas, os danos físicos e psíquicos provocados pelo toxicodependência**, mas também, devido ao número de consumidores de drogas injectáveis - cerca de um milhão na União Europeia, os riscos sanitários decorrentes do contágio dos toxicodependentes com o HIV, a tuberculose e com as hepatites B e C, assim como o número crescente de mortes por overdose e envenenamento. Recorde-se que a mortalidade entre os consumidores de opiáceos é 20 vezes superior à da população em geral”.

Face a este cenário, Jorge Moreira da Silva afirma que, “podemos não ter certezas absolutas quanto ao caminho a seguir mas não podemos deixar de mudar de caminho”.

Os Nossos Deputados

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371
Fax: (32.2) 28.49371
e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369
Fax: (32.2) 28.49369
e-mail: VGraca@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566
Fax: (32.2) 28.49566
e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381
Fax: (32.2) 28.49381
e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404
Fax: (32.2) 28.49404
e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448
Fax: (32.2) 28.49448
e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551
Fax: (32.2) 28.49551
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790
Fax: (32.2) 28.49790
e-mail: RBastos@europarl.eu.int

Joaquim Piscarreta

Telf: (32.2) 28.45374
Fax: (32.2) 28.49374
e-mail: JPiscarreta@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação
do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho
Redacção: José Luis Fernandes
Sandra Nunes
Imagem: Julio Pisa